

O duplo papel do Governo na migração da radiodifusão do analógico para o digital:

## Um negócio da China para a família Guebuza

Por Milton Machel

Negócio fechado! A migração da radiodifusão, do padrão analógico para o digital, chegou a Moçambique como um negócio de interesses privados antes de se salvaguardar o interesse público em torno do processo. O Governo de Moçambique, guardião do interesse público, apadrinhou o negócio entre a firma chinesa StarTimes e a moçambicana Focus 21, holding da família empresarial Armando Emílio Guebuza. Com a mão do Governo e a ausência de legislação sobre a radiodifusão digital no País, a StarTimes assume-se em simultâneo como serviço barato de televisão digital por subscrição e operador do sinal digital, num negócio que opera como monopólio há cinco meses.

A migração digital é um imperativo global que conferirá uma melhoria *da água para o vinho* na qualidade das transmissões televisivas e radiofónicas e permitirá a integração de vários serviços (televisão, rádio, internet, telefonia móvel) em um só terminal, seja ele televisor, computador ou telemóvel.

No ano de 2006 em Genebra, no concerto da União Internacional das Telecomunicações, foi estabelecido 2015 como meta para o apagão do sinal analógico em todo o mundo e o início da *era digital global* nas transmissões televisivas e radiofónicas.

À semelhança de muitos países africanos, com atraso tecnológico e fragilidade financeira para custear tão oneroso processo, Moçambique comprometeu-se, mesmo assim, a cumprir essa meta global.

### O duplo papel do Governo: entre o interesse privado e o público

No contra-relógio, o Governo Moçambicano está a conduzir o processo jogando dois

papéis distintos em simultâneo: adiantou-se em apadrinhar o interesse privado e está a gerir *em banho-maria* o interesse público que devia estar em primeiro lugar.

Primeiro o interesse público: o Executivo mandou o Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM) para preparar a regulamentação técnica e estabelecer mecanismos de regulação do sector da radiodifusão digital.

É o cumprimento das recomendações e directrizes dos organismos internacionais em que o país está filiado - União Internacional de Telecomunicações (UIT), Associação de Radiodifusão da África Austral (SADIBA) e Associação das Autoridades Reguladoras do Sector das Comunicações da África Austral (CRASA).

A criação, adopção e estabelecimento dessas regras está em curso:

- Em princípios de 2010, o país escolheu

## SUMÁRIO

*O duplo papel do Governo na migração da radiodifusão do analógico para o digital*

**Um negócio da China para a família Guebuza**

*Pág. 1 a 5*

**O papel do INCM na regulação da migração digital**

*Pág. 6 e 7*

**Sobre o interesse público:**

**subsídios do cidadão Dino Foi**

*Pág. 8*

**StarTimes: um cartel da TV digital em África**

*Pág. 9*

**SDTV: maior accionista da StarTimes**

**registada em paraíso fiscal nas Maurícias**

*Pág. 9 e 10*

adoptar o modelo europeu de radiodifusão digital (DVB-T), em harmonia com os seus vizinhos da zona austral;

- Em Setembro de 2010, o Governo definiu como uma das acções do seu Plano Económico e Social (PES) para 2011 “Migrar do Sistema de televisão analógica para Digital”, com a meta específica de ter o “Sistema de Televisão Digital Instalado a nível Nacional”;

- No primeiro semestre deste ano, uma comissão intersectorial, criada pelo INCM, produziu um *draft* da estratégia de migração digital, que terá sido entregue ao Governo em Junho passado e está actualmente em debate público desde Julho.

A estratégia de migração digital é o documento que orienta o Governo a produzir legislação que determine os papéis e obrigações de todos os intervenientes no processo: Governo, entidades reguladoras, estações televisivas e radiofónicas, consumidores e seus defensores, potenciais operadores do sinal digital, montadores ou vendedores dos conversores e aparelhos de rádio e televisão digital.

Neste conjunto, o Governo deve actuar como:

- Defensor do direito adquirido de acesso à informação por todos os cidadãos que já escutam rádio e têm acesso aos canais de televisão gratuitos;

- Promotor do alcance do direito de acesso universal (por todos os cidadãos moçambicanos), sobretudo dos serviços públicos de televisão e rádio;

- Supervisor da qualidade dos serviços e produtos a serem providos (delegando tal poder às entidades públicas legal e tecnicamente competentes);

- Guardiã da livre e sã concorrência entre os eventuais interessados em explorar o negócio como operadores dos sinais de rádio e de televisão digital e vendedores dos aparelhos receptores de tv e rádio na versão digital.

Entretanto, enquanto instruíra (senão antes de instruir) o INCM a estabelecer as regras e normas que o próprio aprovará, o Governo apadrinhou o negócio entre a firma chinesa StarTimes e a Focus 21, *holding* da família Guebuza.

Em Junho de 2010, o Primeiro-Ministro Aires Bonifácio Baptista Aly chefiou uma delegação governamental que se portou de “armas e bagagens” para a China, em busca de financiamento a projectos chamados estruturantes para o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

No 16 de Junho desse ano, enquanto o país celebrava mais um aniversário do Metical, na China o nosso Executivo assegurava mais *Renminbis* (divisa chinesa) convertidos em dólares para financiar vários projectos e negociava com o EXIM Bank (Banco de Exportação e Importação) da China o financiamento à digitalização da radiodifusão.

Conforme reportou na altura o enviado especial do Jornal O País nessa delegação governamental, O EXIM Bank condicionou o financiamento à entrega a firma chinesa StarTimes Software do projecto de digitalização da rádio e televisão em Moçambique.



Abril 2011: Li Changchun, dirigente do Partido Comunista Chinês, aperta a mão ao Presidente Guebuza (Foto: Agência Xinhua)

O negócio seria consumado no dia seguinte. Atente-se à esta data: 17 de Junho de 2010.

O trecho seguinte da reportagem daquele órgão de informação privado elucidava: **“O Exim Bank está aberto a financiar o projecto de digitalização da televisão e rádio em Moçambique, sob execução de... uma empresa chinesa. A Star Times Software apresenta-se como uma empresa vocacionada à alta tecnologia, com actuação na prestação de serviços básicos de televisão digital, e está interessada em liderar o processo de digitalização da tv e rádio em Moçambique. Para isso, diz ter contactado o Exim Bank para apoio na implementação do projecto, através da sua inclusão na lista de projectos a beneficiarem de créditos concessionais daquele banco público chinês. O Exim, segundo a Star Times Software, aceita dar esse crédito, mas espera somente que o executivo moçambicano homologue o seu pedido do crédito nesse sentido.”**

### Casamento em Pequim, “registo civil” em Maputo

No dia 17 de Junho de 2010, em Pequim, o Primeiro-Ministro de Moçambique reunia-se com o presidente da Star Times Group, Xin Xing Pang. **“Ainda hoje, o primeiro-ministro moçambicano vai encontrar-se com o presidente deste grupo tecnológico, e desse encontro pode depender o futuro da digitalização da tv e rádio em Moçambique”**, reportava o Jornal O País desse dia (*vide*, O País online: <http://www.opais>).

[co.mz/index.php/politica/63-politica/7031-governo-quer-construir-edificio-para-conselho-de-ministros.html](http://co.mz/index.php/politica/63-politica/7031-governo-quer-construir-edificio-para-conselho-de-ministros.html)).

Em Maputo, nesse dia 17 de Junho de 2010, Dino Mamudo Foi desafiava a habitual azáfama do segundo andar do Prédio Fonte Azul na Baixa e se apresentava à Conservatória de Registo de Entidades Legais como mandatário para o registo de constituição da StarTimes Mozambique Media Company Limitada.

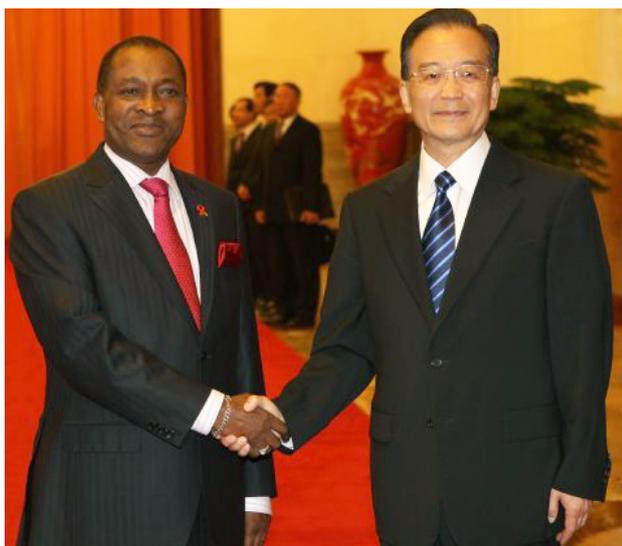
Neste registo, declarava-se como sócios da firma: SDTV Holdings, empresa de direito Maurício ou seja oficialmente domiciliada nas Ilhas Maurícias; e Focus 21 – Gestão e Desenvolvimento Limitada, *holding* da família empresarial Armando Guebuza.

Dino Foi representava na sociedade a SDTV Holdings, subscritora de 85 % do capital social da StarTimes Mozambique (fixado em 34 milhões de meticais), enquanto que Valentina Guebuza representava a Focus 21, com 15 por cento.

Dino Foi é um dinâmico e emergente jovem (36 anos) formado em gestão de negócios (mestrado) e tecnologias de informação (doutorado) em Taiwan, com ligações à China/Taiwan por via de casamento e pela representação de investimentos de capital chinês em Moçambique e não só, quer como consultor quer como gestor de negócios.

Desde Fevereiro de 2010 que ele desempenha a função de Director de Desenvolvimento de Negócios da Focus 21, a associada da SDTV Holdings que ele representou na altura da constituição da StarTimes Moçambicana.

Valentina Guebuza, filha mais nova de Armando Emílio Guebuza, é uma das sócias da Focus 21 junto com seu pai e seus irmãos Norah Armando Guebuza (primogénita) e Armando Ndambi Guebuza.



17 de Junho de 2010: PM Aires Aly cumprimenta PM chinês Wen Jiabao (Foto: Agência Xinhua)

A StarTimes tem como objecto social:

a) Serviço básico de televisão digital; b) Serviço de televisão digital por subscrição; c) Digitalização do sinal de rádio e televisão; d) Transmissão do sinal de rádio e televisão; e) Serviços de multimédia móvel; f) Produção de publicidade de televisão; g) Serviço de internet de banda larga; h) Todo tipo de serviços de valor adicional baseado nos sistemas acima mencionados; i) Venda de terminais para televisão digital e internet; j) Serviço de informação do canal; k) Consultoria técnica; e l) Outras actividades subsidiárias e afins a actividade, desde que não contrariem a legislação moçambicana, após deliberação da assembleia geral.

Chamámos atenção acima à esse dia 17 de Junho de 2010 devido a esta coincidência: em Pequim, o número dois do Governo de Armando Guebuza se reunia com o Presidente da StarTimes-mãe; e em Maputo era registada a StarTimes Moçambicana na qual participa a firma Focus 21, da família empresarial Guebuza.

Advertimos aos incautos que Maputo e Pequim estão em fusos horários diferentes, com seis horas de avanço para a capital Moçambicana. O que significa que o registo legal da StarTimes Mozambique Media Company ocorreu horas antes ou então na altura em que o Primeiro-Ministro de Moçambique se reunia com o presidente da StarTimes Software em Pequim.

Metaforicamente, pode-se dizer que o *casamento* se celebrou em Pequim e o seu *registo civil* em Maputo.

### Plano Económico e Social 2011: Migrar do sistema de televisão analógica para digital

Com a mão do Governo, aproveitando-se da inexistência de legislação sobre a digitalização da televisão e rádio no país, a StarTimes de Moçambique obteve licença do Gabinete de Informação (GABINFO) para lançar um serviço de televisão digital pré-paga.

Este serviço, automaticamente conversor do sinal analógico para o digital, confere-lhe em simultâneo a qualidade de operador (ainda não licenciado) de transporte do sinal digital.

O GABINFO subordina-se directamente ao Gabinete do Primeiro-Ministro, lembre-se.

Meses depois, em Setembro de 2010, o Governo aprovou o Plano Económico e Social (PES) para 2011. No PES ora em implementação está muito bem definido este Objectivo do Programa de Desenvolvimento de Comunicações: **“Promover o desenvolvimento do Sector Postal e de Telecomunicações, Visando o acesso Universal, num ambiente competitivo, com qualidade aceite pelos Cidadãos”**.

A Acção/Actividade número um deste programa é precisamente: **“Migrar do Sistema de televisão analógica para Digital”**, com a *Meta Física* o **“Sistema de Televisão Digital Instalado a nível Nacional”** (vide página 11 do PES 2011, consultável no portal da Direcção Nacional de Orçamento em: [http://www.dno.gov.mz/docs/pes/PROPOSTA\\_PES\\_2011%20VERSÃO%20AR.pdf](http://www.dno.gov.mz/docs/pes/PROPOSTA_PES_2011%20VERSÃO%20AR.pdf)).

Assume-se que - pelos princípios gerais de planificação e orçamentação de Estado e boas práticas de gestão e transparência governativa - as Acções previstas no PES têm a sua correspondência no Orçamento de Estado (OE).



Abril 2011: PM Aires Aly reunido com líder do PCC em Maputo (Foto: Agência Xinhua)

Ou seja, a Migração do Sistema de televisão analógica para Digital tem de ter cabimento orçamental e deve fazer parte da rubrica “Despesas de Investimento” do OE 2011. Na primeira versão do OE 2011 as Despesas de Investimento foram fixadas em 60 mil milhões de meticaís e no OE Rectificativo em 64 mil milhões de meticaís.

O que isto significa para o assunto em questão? O Governo tem dinheiro para realizar a migração digital, só não se sabe quanto. As questões que daí nascem são: está ou não o Governo a realizar a migração digital, por ora da televisão? Se sim, como o está a fazer? Não estará já a fazê-lo via StarTimes?

### Conselho de Ministros discute migração digital, StarTimes implementa

Recuemos alguns meses no calendário de 2011. Dito melhor, avancemos mais uns meses na cronologia desta matéria: no dia 19 de Abril de 2011, o Conselho de Ministros realizou a sua 13.<sup>a</sup> Sessão Ordinária em que discutiu a questão da migração digital. (vide *Comunicado do Secretariado do Conselho de Ministros, consultável no Portal do Governo, aqui: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/comunicados/Comunicado%20da%2013SOCM11.pdf>*).

Lembram-se da coincidência do dia (17 de Junho de 2010) entre a reunião do Primeiro-Ministro com o Presidente da StarTimes-mãe, em Pequim, e o registo da StarTimes Mozambique, em Maputo?

Segue mais uma: coincidentemente, nessa semana da 13.<sup>a</sup> Sessão do Conselho de Ministros, chegava a Moçambique

uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Chinês (PCC), Partido-Governo-Estado da China.

A que veio essa delegação do PCC, o partido político mais poderoso do mundo? Um informe da pública Agência de Informação de Moçambique (AIM) do mesmo dia 19 de Abril, e publicado no Portal do Governo, permite-nos refrescar a memória.

A missão do Partido Comunista da China vinha assinar vários acordos de cooperação nos vários domínios. Recorde o registo na íntegra aqui: [http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news\\_folder\\_econom\\_neg/abril-2011/missao-do-partido-comunista-chines-visita-mocambique/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/abril-2011/missao-do-partido-comunista-chines-visita-mocambique/). No final da visita, foram seis os acordos de cooperação assinados.

Já não sendo mera coincidência, na sexta-feira dessa semana, dia 22, era inaugurada a loja da StarTimes de Moçambique e se lançava o serviço de televisão digital terrestre no país, conforme na altura reportou a generalidade da imprensa nacional e internacional.

Quem esteve no evento e quais foram os *soundbytes* de ocasião?

Presenças notáveis:

- Do lado chinês, chefe da delegação, o membro permanente do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista da China (Li Changchun), o ministro da cultura (Liu Binjie), o vice-ministro do Comércio (Zhong Shane) e outros membros do governo e do PCC;
- Do lado governamental moçambicano, o Ministro dos Transportes e Comunicações (Paulo Zucula), o Ministro da Ciência e Tecnologia (Venâncio Massingue), a Governadora da Cidade de Maputo (Lucília Hama);
- Do lado *business* nacional, Valentina Guebuza, PCA da Focus 21 e PCA da StarTimes Mozambique.

*Soundbytes?* “Esperamos digitalizar até 2013 cerca de 75 por cento das televisões em Moçambique”; “Televisão Digital é para todos” – assim foi citada pela imprensa nacional e internacional a incontornável nova figura de cartaz do cenário empresarial moçambicano: Valentina Da Luz Guebuza.

Voltamos a perguntar: será que a StarTimes está a implementar a actividade do Plano Económico e Social do Governo para 2011 de digitalizar o sinal da televisão? Será que o Governo (ven)deu aquele objectivo de políticas públicas a este interesse privado?

Até hoje o Governo não divulgou publicamente qualquer informação sobre algum tipo de ligação ou acordo com a StarTimes Group (chinesa) ou StarTimes Mozambique, apesar dos encontros de Pequim aqui relatados e a presença governamental no lançamento da firma.

Seja como for, a StarTimes diz estar a investir mais de

140 milhões de dólares na digitalização da televisão em Moçambique, convertendo o sinal das estações televisivas nacionais TVM (pública), STV, TIM, Miramar, Maná. Estes canais são parte do *bouquet* de 30 canais do serviço mais barato de TV digital no país (os outros provedores de TV digital são por cabo e por satélite).



Presidente da StarTimes Xin Xing Pang  
(Foto: Agência Xinhua)

Em menos de seis meses de operações, a um custo de 1500 meticais de adesão e uma subscrição mensal de 300 meticais, a auto-intitulada TV pré-paga digital mais económica do mercado já reclama ter mais de 20 mil clientes só em Maputo e tem expectativa de que todas as famílias Moçambicanas conseguirão ter acesso à televisão digital terrestre.

**“Tornaremos acessível para cada família em Moçambique comprar TV digital, utilizar TV digital, fazer o melhor uso da TV digital e desfrutar da conveniência da TV digital”** - são palavras do Director Geral da StarTimes Mozambique, Wu Yaobin, citado pelo canal de televisão chinês CCT em entrevista-propaganda que explicita a estratégia de marketing da StarTimes (vide: <http://newscontent.cctv.com/news.jsp?fileId=110671>).

Uma vez que o negócio chegou antes da legislação/regulação e tem como padrinho o Governo, cabe-nos questionar: haverá igualdade de oportunidades para (que surjam) outros operadores do sinal digital, conforme recomenda a estratégia de migração digital? Poderá o Governo salvaguardar os interesses do público consumidor na era digital (não exclusão no acesso à informação via rádio e televisão e qualidade do serviço prestado e produtos fornecidos) se estes entrarem em conflito com o negócio da StarTimes?

A resposta a estas perguntas significa tão só o Governo

cumprir a sua *promessa* de 2011: **“Promover o desenvolvimento do Sector Postal e de Telecomunicações, Visando o acesso Universal, num ambiente competitivo, com qualidade aceite pelos Cidadãos”**.

### **Outras leituras e fontes de referência**

Para entender a Televisão Digital Terrestre em Moçambique, em África e no Mundo:

1. Jornal O País online: **“Aires Ali coloca migração tecnológica nas prioridades”**, url: <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/5402-aires-ali-coloca-migracao-tecnologica-nas-prioridades.html>
2. Jornal @Verdade online: **“Vai nascer uma nova Televisão: a Televisão Digital Terrestre”**, url: <http://www.averdadeonline.com/tema-de-fundo/35-themadefundo/15674-vai-nascer-uma-nova-televisao-a-televisao-digital-terrestre>
3. Jornal O País online: **“Transição para o digital será feita por zonas”**, url: <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/11869-transicao-para-o-digital-sera-feita-por-zonas.html>
4. **“Beyond Broadcasting: the future of state-owned broadcasters in Southern Africa”**. Guy Berger *et alia* Fackson Banda, Jane Duncan, Rashweat Mukundu & Zenaida Machado. Highway Africa, September 2009.
5. **“Draft Plan of Action For Digital Broadcasting Migration in SADC”**. The Mauritius Working Forum on SADC Digital Broadcasting Migration. September 2009.
6. **“Resultado da sessão especial sobre normas de Televisão Digital Terrestre”**. SADC, Lusaka. Novembro 2010
7. **“Guidelines ICT Consumer Protection In Southern Africa”** - Bill Of Rights in Southern Africa Draft. CRASA. Lesotho. June 2010
8. **“Delivering your digital migration strategy”** - 5th Annual Digital Broadcasting Switchover Forum 2010. Commonwealth Telecommunications Organisation. Sandton, Johannesburg, South Africa. April 2010.
9. **“Os bastidores da TV digital terrestre em Portugal: actores políticos e económicos”**. Sergio Denicoli, Helena Sousa. Universidade do Minho. Maio 2008
10. **“Africa’s bumpy road to the digital transition in broadcasting – issues that have to be faced”**. Newsletter Broadcast, Issue no. 108 - 7 July 2011, url: <http://www.balancingact-africa.com/category/newsletter/newsletter-broadcast>



## O papel do INCM na regulação da migração digital

O Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM), através do seu Director Geral, Américo Muchanga, tem sido o porta-voz da defesa da integridade do processo, em várias intervenções nos *media*, nos últimos três anos.

Todavia, o que conta no final são as acções e não intenções ou discursos. Destacamos aqui duas acções que demonstram a tentativa de liderar este processo com toda a integridade e transparência, na contra-mão ao seu patrão (o Governo).

Em Agosto de 2010, o INCM lançou um Concurso Público Internacional que pretendia contratar “Serviços de Consultoria para Assistência Técnica ao INCM, o Regulador do Sector das Telecomunicações, na Transição da Radiodifusão da TV Analógica para Digital”. Foi no âmbito do MEGCIP (Projecto de Governação Electrónica e Infra-estruturas de Comunicação) do Governo Moçambicano, financiado pelo Banco Mundial.

O concurso, dirigido pelo próprio DG do INCM, seria suportado por uma parte do crédito da IDA, firma do Grupo do Banco Mundial, ao MEGCIP e se regia pelas “Directrizes do Banco Mundial para a Selecção e emprego de consultores pelos Mutuários do Banco Mundial”.

O INCM esperava seleccionar o consultor que o apoiaria tecnicamente a:

- (i) Desenvolver políticas sectoriais, incluindo objectivos da transição digital e possíveis usos do espectro do dividendo digital;
- (ii) Avaliar os custos para os emissores e o consumidor da mudança da televisão analógica para digital;
- (iii) Identificar e propor padrões regionais, harmonização e esforços de coordenação;
- (iv) Preparar uma estratégia e um roteiro para a transição, incluindo a implementação, custos, opções de financiamento,

melhor uso para o espectro analógico que será substituído e opções de licenciamento, etc;

(v) Desenvolver a regulamentação, procedimentos administrativos e processos-chave necessários para sustentar a migração da TV Digital

(vi) Preparar um plano de comunicação para sustentar a transição, dirigido à população em geral, fornecedores, emissores e provedores.

Este anúncio de concurso público, difundido em meados de Agosto de 2010 foi publicado num dos portais de referência para concursos públicos internacionais, o DEVEX (vide: <http://www.devex.com/en/projects/229326/print>).

Era uma prova do cometimento do INCM em respeitar as recomendações e directrizes dos organismos regionais e internacionais em que está filiado, como regulador do sector das telecomunicações no país.

Numa altura em que o negócio já se havia consumado ao nível (Governo) acima da jurisdição do INCM, por qualquer razão este concurso público não teve êxito.

Depois de várias tentativas de o contactar por telemóvel, enviámos uma série de perguntas ao DG do INCM por *email*, no mês em que iniciamos esta investigação. De entre essas questões constava uma sobre o destino deste concurso público internacional. Não tivemos resposta.

Segundo uma fonte familiar ao processo, o Governo praticamente *delegou* ao INCM o papel de entretenimento ao público, via *media*, enquanto nos bastidores estavam em curso decisões relativas ao negócio StarTimes.

O INCM constituiu em Abril uma comissão intersectorial que se responsabilizaria por divisar a estratégia de migração digital - tarefa que teria sido desempenhada pelo consultor que acabou não sendo seleccionado naquele concurso público

internacional.

Liderada pelo próprio DG do INCM, fizeram parte desta comissão intersectorial várias figuras autorizadas no sector da radiodifusão em Moçambique, casos de Simão Anguilaze (jornalista, ex-PCA da TVM, académico e consultor de comunicação) e Luís Loforte (radialista, técnico e empresário na área das telecomunicações).

A estratégia de Migração Digital, que é suposto ter sido entregue ao Governo em finais de Junho, está em debate público, ainda que em grupos restritos (basicamente os *media*).

A comissão de migração digital propõe, neste documento, o licenciamento do Operador de Multiplexação, Transporte e Distribuição do Sinal Digital (MUX). Recomenda que, para a gestão da rede pública, o Estado potencie a criação de uma entidade que faça um aproveitamento das infra-estruturas existentes e pertencentes aos operadores públicos (TVM, RM, ICS e TDM).

A comissão de migração digital sugere ainda que o Estado deve abrir a possibilidade de participação de entidades privadas nessa empresa pública, para facilitar a mobilização de financiamentos; e aconselha para a possibilidade de os privados, querendo, poderem estabelecer uma rede privada, ficando para o regulador (INCM) definir os padrões técnicos e o grau de qualidade de serviços a prestar aos utentes.

A TVM, estação pública, é uma das estações que no dia do lançamento da StarTimes assinou acordos com esta firma privada para a digitalização do seu sinal. Vale recordar que, quando empossou o actual PCA da TVM, o Primeiro-Ministro endereçou àquele o desafio de proceder à digitalização do seu sinal.

Com base na estratégia de migração digital, a que o CIP teve acesso, pode-se presumir que a migração digital ainda não começou (ao contrário do que diz o PES 2011 e está a fazer a StarTimes). Aquele documento indica que deve se iniciar com a transmissão simultânea (analógica e digital) em 2012, terminando em Novembro de 2014 este período de dupla iluminação.

Para salvaguarda do interesse público, a estratégia recomenda:

- A manutenção de um sistema de radiodifusão pública em aberto (recepção gratuita), bem como o incentivo à radiodifusão comunitária não lucrativa;
- A não obrigatoriedade do *switch-off* do sinal analógico para a radiodifusão comunitária, em 2015, até que sejam criadas as condições de digitalização naqueles locais;
- A regulamentação sobre as modalidades de exercício da

actividade de radiodifusão comercial para garantir que haja mercado competitivo e diversificado.

Devido aos custos para o consumidor de aquisição de equipamentos conversores (SBT) e receptores digitais, a comissão de migração digital considera necessário que Estado intervenha na aquisição destes aparelhos.

Essa intervenção, recomenda, pode ser subsidiando na sua aquisição, ou seja, isentar o pagamento de impostos na importação destes equipamentos; subsidiando o cidadão no acto da compra do STB; **intervindo na fabricação ou importação destes equipamentos**, através de celebração de contractos com os Países fabricantes (África de Sul, Índia, China, Europa, etc.); licenciando/criando um fabricante ou revendedor autorizado destes equipamentos.

A infra-estrutura de gestão do serviço, os receptores/conversores de televisão digital terrestre e recargas da subscrição mensal da TV pré-paga da StarTimes Moçambique são *made in China*, da StarTimes Group (fabricante).

A comissão de migração digital aconselha para a necessidade de decidir pelo *standard* destes aparelhos e assegurar que o STB não condicione o acesso à TV digital.

A comissão avaliou as implicações financeiras da migração digital, tanto na televisão como na rádio. E alerta, na estratégia, que a incapacidade dos operadores e da população de adquirir emissores, STB ou receptores digitais pode atrasar o crescimento da radiodifusão digital em Moçambique.

Questiona ainda a capacidade do Governo de dar um subsídio substancial a estes equipamentos e recomenda que o Executivo considere a possibilidade de leiloar o espectro de Dividendo Digital para cobrir os custos com o processo de migração.

Esse espectro de Dividendo Digital é, em linguagem simples, toda a infra-estrutura (redes e frequências de rádio e TV) analógica actualmente existente de telecomunicações no país.

A estratégia de migração digital apela ainda a necessidade de realização de diversas campanhas com vista à educação e sensibilização dos utentes, quer em português, quer em idiomas locais, para a necessidade e as vantagens de adesão ao processo, utilizando-se todos os meios de comunicação possíveis para passar informação ao público utilizador da radiodifusão.

O facto é que, para além de ter estabelecido o seu negócio antes da regulação, é através da auto-promoção da StarTimes que até agora a maioria do público conhece a Televisão Digital. Traduzindo: para o povo, até agora Televisão Digital Terrestre significa StarTimes.

## Sobre o interesse público: subsídios do cidadão Dino Foi\*

Para além de advogar e representar interesses do *lobby* empresarial chinês em Moçambique (há dois meses publicou um elucidativo texto no Jornal Savana) e defender os negócios da Focus 21, Dino Foi tem emitido opiniões publicadas como um cidadão preocupado com o interesse público.

Valendo-se da sua competência académica, em 2009 ele escreveu um texto premonitório sobre a entrada da TV digital em Moçambique, ao qual vale a pena tomar aqui de empréstimo algumas partes:

1. “A necessidade do envolvimento dos grupos de interesse neste processo, é que tem de se encontrar uma fórmula em que ou se subsidiam os conversores para que os televisores analógicos possam receber o sinal digital e a larga maioria da população poder ver televisão, ou o governo terá de começar a etiquetar todos os televisores que entrarem no país para que a população saiba que este e aquele televisor não sintoniza o sinal digital, ou então mais propostas para a facilitação do processo de digitalização devem ser avançadas para o leque de medidas.”
2. “A falta de uma legislação pertinente e uma preparação antepada sobre a digitalização em Moçambique podem levar a fazer escolhas erradas. Os consórcios por trás dos padrões digitais são geridos por grandes grupos de influência que podem mover até um país inteiro. Não é segredo para ninguém que o consórcio ISDB-T está a fazer um lobby forte na vizinha África do Sul para que deixe de usar o sistema DVB-T actualmente em funcionamento e passar para ISDB-T (ITVWEB, 2010a) e desta forma influenciar toda a região Austral, sem descuidar o facto de que os mesmos Brasileiros e Japoneses também estão a namorar Moçambique (RNW, 2010) para que aquele padrão seja aceite e implementado no país, muito embora que o sistema no próprio Brasil só tenha penetrado apenas a 2%, de um lado pelos descodificadores serem caros e a larga maioria dos Brasileiros não poderem comprar e, do outro a tecnologia aparentar não ser das mais recomendadas para um país como Brasil (ITVWEB, 2010b).”
3. “Independentemente da pressão que estes grupos possam fazer e a possível tecnologia que pode ser trazida ao nosso país, é preciso frisar que a digitalização só será efectiva quando a larga maioria do povo Moçambicano poder aceder a televisão e, isto só será possível se houver uma economia de escala, portanto esta economia de escala só pode acontecer se o sistema a ser usado no país for o que a maioria dos países da região estiver

a usar (...) mostramos que aqueles países da região que fizeram ou estão a fazer a digitalização baseiam-se no padrão DVB, o que vai fazer com que os descodificadores e próprios televisores saiam baratos para o Moçambicano de baixa renda, que é a maioria neste país.”

4. “Pela morosidade do processo no nosso país, prevemos que o sistema a ser usado em Moçambique só poderá ser decidido via um decreto Presidencial, como fez Inácio Lula em Brasil, de modo que em última instância gente que entende sobre a matéria e as repercussões de um possível erro de escolha possa trazer, seja chamada a dar opinião.”
5. “A digitalização pode trazer problemas graves para o próprio Governo se não for levada a sério, pois a larga maioria dos televisores em Moçambique não está preparada para o sinal digital, se em algum momento o botão analógico for desligado e no seu lugar for implementado o digital, a larga maioria dos Moçambicanos nem se quer poderá ver a televisão pública. Num país como Moçambique, a digitalização do sinal vai consumir só em infra-estruturas algo como 100 milhões de dólares, para além de subsídios que devem ser canalizados para os conversores de modo a acomodar a população.”
6. “Experiência mostra que mais importante do que a simples escolha do padrão a ser usado, é uma cuidadosa planificação do processo de implementação e, um pacote que seja atractivo aos telespectadores. Urge divulgar, debater e aprovar a legislação sobre a televisão digital em Moçambique e, o padrão a ser usado na digitalização do sinal de televisão, para que o sector privado possa complementar no processo.”

O cidadão Dino Foi, que na esfera pública (artigos em jornais, debates na blogosfera e nas redes sociais virtuais) tem se revelado um campeão dos interesses da colectividade, não deixou, neste artigo, de apresentar “aquilo que poderá ser a proposta para Moçambique num sistema DVB-T”. Essa proposta, curiosamente, traz esboços do que é o actual modelo de negócio da StarTimes que ele mesmo registou oficialmente em Junho do ano passado.

\*Edição da responsabilidade do CIP. O texto integral de Dino Foi está acessível na maior rede social virtual de partilha de documentos e publicações académicas, a SCRIBD, através desta ligação: <http://www.scribd.com/doc/33452971/Digital-TV-Moz>.

## StarTimes: um *cartel* da TV digital em África

A StarTimes opera em África tanto como StarTimes ou StarMedia. É filial da StarTimes Group, companhia de tecnologia lançada em 1988 na China. Com o processo de migração digital, e combinando o seu poderio tecnológico e capacidade financeira face as fragilidades estruturais (legais e económicas) do sector das comunicações na África Sub-Sahariana, atacou o continente em 2002 e desde 2007 domina de forma rapidamente expansiva o sector da TV digital.



Para além de Moçambique, onde reclama já ter mais de 20 mil clientes, a StarTimes está presente em outros nove países Africanos, com destaque para Nigéria, Uganda, Rwanda, Tanzania, Burundi, Kenya, constituindo uma espécie de *cartel* que domina a costa Oriental de África.

Na África Oriental, a firma diz já ter 200 mil subscritores do

seu serviço de televisão digital pré-paga que em simultâneo opera como transportador do sinal nesses países. O primeiro país onde se instalou foi o Rwanda, em 2007, tendo em 2009 iniciado a expansão para os outros países desta região.

Na África Ocidental, estabeleceu-se na Nigéria em 2010, e em Maio reivindicava ter já 400 mil clientes, em dez meses de operações.

A StarTimes aplicou em Moçambique a mesma estratégia de aproveitamento da migração digital para entrar nesses países Africanos: por um lado, com preços baixos para penetrar no mercado da TV digital por subscrição e por outro negociando com os operadores estatais ou seus governos antes de estes regula(menta)rem o processo.

Assim, para além de se adiantar à ausência de legislação que regule o seu negócio, esta firma chinesa transforma-se em provedor serviço de televisão pré-paga, operador do sinal digital e ainda distribuidor de conteúdos para as televisões.

Nesta última vertente, a StarTimes já acertou um lucrativo negócio da TV. No início de Agosto, a UEFA (União das Associações/Federações de Futebol da Europa) anunciou no seu *website* que a StarTimes adquiriu os direitos de transmissão/distribuição da Liga dos Campeões Europeus e da Liga Europa em televisão de sinal aberto ou gratuito para toda a África Sub-Sahariana (excluindo a África do Sul). O contrato vale de 2012 a 2015.

## SDTV: maior accionista da StarTimes registada em *paraíso fiscal* nas Maurícias

Maior accionista da StarTimes Mozambique (85 % do capital social), a SDTV Holdings Company Limited é uma empresa privada *offshore* registada nas Maurícias. Com o número de registo C087605, a SDTV beneficia-se desse regime *offshore*. Em muitas literaturas de comércio internacional, *offshore* quer dizer *paraísos fiscais*.

Entre vários benefícios, estar registado como uma firma *offshore* nas Maurícias permite *fugir* ao pagamento de impostos *dentro da lei* no país em que realmente opera seus negócios, para além de garantir sigilo absoluto sobre a identidade dos verdadeiros donos da firma.

As Maurícias são frequentemente usadas para estabelecer uma companhia de negócios globais *offshore* de categoria tipo 1 (gbc1). Criar este tipo de empresas, através de

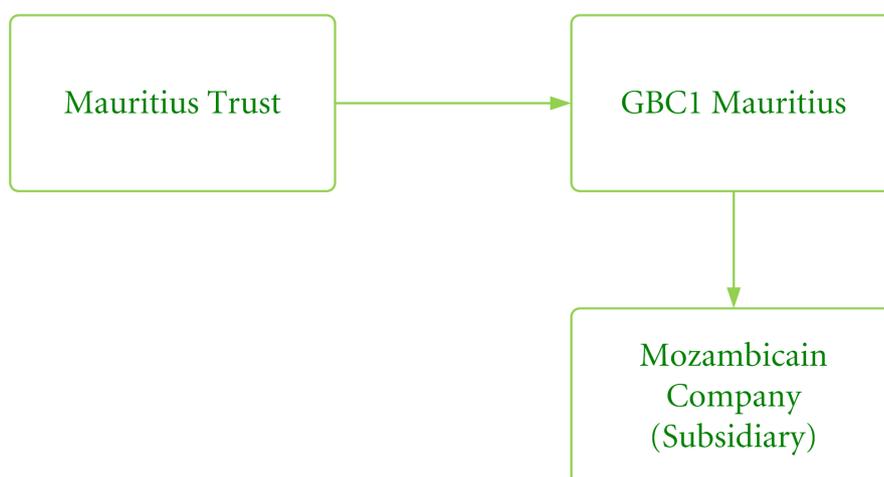
certificados de residência tributária, permite o acesso a vários tratados com países como África do Sul, Moçambique, Madagáscar, Namíbia, Senegal entre outros países Africanos e vários Asiáticos e da Europa do Leste.

O *site* oficial da firma Glenara Services oferece um repositório sobre os acordos de dupla tributação entre as Maurícias e vários desses países aqui: <http://www.glenaraservices.com/double-tax-treaties/more-treaties>.

Com *apoio* da Glenara, cinjamo-nos às vantagens oferecidas pelos acordos de dupla tributação entre Moçambique e as Maurícias, para percebermos como o negócio da StarTimes em Moçambique se pode beneficiar.

Por exemplo, para uma empresa *offshore* gbc1 registada nas Maurícias e pretendendo fazer negócios em Moçambique,

a estrutura abaixo dá uma breve explicação de como tirar vantagens de deduções ou isenções fiscais do tratado sobre dupla tributação Maurícias-Moçambique:



1. Estabeleça um *trust* nas Maurícias que irá deter acções de uma GBC 1. O doador do *trust* Maurício pode ser indivíduo ou empresa, a gbc 1 irá então deter acções da Companhia Moçambicana. A firma Moçambicana terá pois o direito legal de deter propriedade e operar em Moçambique.

Dada as altas taxas de imposto em Moçambique, a estrutura acima permitirá a minimização fiscal através do Tratado sobre Dupla Tributação das Maurícias com Moçambique.

- A taxa de imposto de empresas em Moçambique é de 32%, a qual será por isso aplicada até instruções ulteriores, a não ser que sejam garantidos incentivos sob regimes fiscais especiais os quais se aplicam a certos projectos de investimento. Incentivos podem incluir redução de créditos fiscais ou isenção de imposto de empresa, este último aplicado mais sob o Código de Benefícios Fiscais para Companhias que investem em Zonas de Desenvolvimento Acelerado.

- **Retenção de Imposto sobre dividendos pagos a residentes e não residentes são de 20%.**
- **Lucro pago a residentes e não-residentes é**

**sujeito a 20% de retenção de imposto.**

As taxas de retenção de imposto sobre Dividendos e Lucro são as seguintes, usando o Tratado de Tributação das Maurícias com Moçambique:

- a. Dividendos: 8% para o proprietário beneficiário (gbc 1) que detém pelo menos 25% do capital da Companhia Moçambicana pagadora do dividendo.
- b. lucro: 8%

Para mais informações sobre vantagens de companhias offshore Maurícias, consulte o portal desta agência de serviços fiduciários e formação de empresas nas Maurícias em:

<http://www.glenaraservices.com/mauritius-tax/tax-mauritius-offshore-companies>;

<http://www.glenaraservices.com/double-tax-treaties/mru-mozambique>.

## Anexo 1

## PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2011

Sector: Transportes e Comunicações			
Programa: Sinalização Náutica, meteorologia e hidrografia			
Objectivo do Programa: Melhorar a Segurança e o transporte marítimo.			
Indicador de Resultado do Programa: Redução do número de acidentes marítimos registados em cada ano.			
Nº de Ordem	Actividade/Ação	Meta Física	Localização (Incluindo o nº de Beneficiários)
1	Reabilitar Faróis;	1 Farol reabilitado	Inhambane;
2	Construir estação sinóptica.	Uma estação construída	Nampula - Nacala
3	Criar uma base de dados de variáveis climáticas, para monitorar as mudanças climáticas.	Uma Base criada	Maputo
4	Modernizar os serviços meteorológicos para a navegação aérea e Marítima	Serviços meteorológicos modernizados	Maputo
Sector: Transportes e Comunicações			
Programa: Desenvolvimento De Comunicações			
Objectivo do Programa: Promover o desenvolvimento do Sector Postal e de Telecomunicações, Visando o acesso Universal, num ambiente competitivo, com qualidade aceite pelos Cidadãos.			
Indicador de Resultado do Programa: Taxa de evolução da Teledensidade.			
Nº de Ordem	Actividade/Ação	Meta Física	Localização (Incluindo o nº de Beneficiários)
1	Migrar do Sistema de televisão analógica para Digital;	Sistema de Televisão Digital Instalado;	Nacional
2	Expandir a rede de serviços de telecomunicações para as zonas rurais;	24 distritos cobertos pela Telefonia Fixa;	Mecua, Maia, Metarica, Insaca, Malanga, Unango, Mueembe e Mavago (Niassa); Anacuabe, Palma, Meluco e Mecufi (Cabo Delgado); Mongicual, Mogovolas, e Momba (Nampula); Pebane, Maganja da Costa, Gilé e Lugela (Zambézia); Manje e Chitunde (Tete); Macossa, Sussundenga e Nihacolo (Manica);
3	Iniciar a expansão da telefonia fixa e móvel aos Postos Administrativos;	10 Postos Administrativos com a Rede de Telefonia Fixa ou Móvel;	
4	Expandir os serviços de Caixa de Poupança Postal de Moçambique;	Caixa de Poupança Postal instalados em 3 Distritos.	Madimba (Niassa) Xinavane e Matutune (Maputo)
5	Reabilitar e expandir a rede postal urbana	Rede postal reabilitada	

## Anexo 2



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

### Aos Órgãos de Informação

O Conselho de Ministros realizou, no dia 19 de Abril de 2011, a sua 13.<sup>a</sup> Sessão Ordinária.

Nesta Sessão, o Governo apreciou e aprovou os seguintes diplomas legais:

- Decreto que aprova o Regulamento do Exercício da Actividade de Despacho Aduaneiro de Mercadorias.
- Decreto que aprova o Estatuto da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique.

O Estatuto da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique dá particular realce aos aspectos relativos aos direitos, deveres, incompatibilidades e deontologia profissional dos despachantes aduaneiros, ao funcionamento democrático dos diversos órgãos sociais da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique, bem como os respectivos regimes financeiro e disciplinar.

- Decreto que aprova o Regulamento do Decreto-Lei n.º 2/2010, de 31 de Dezembro, que estabelece as disposições que regem a actividade de Metrologia no País;

O Governo apreciou e aprovou, ainda, o Relatório da Comissão Liquidatária do GPZ e a Criação de um Grupo Técnico Multisectorial Permanente para a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais.

Ainda nesta Sessão, o Conselho de Ministros apreciou as informações sobre:

- A Análise da Sustentabilidade da Dívida;
- O Projecto Pro-Savana, programa integrado de desenvolvimento agrícola, nas Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia;
- A reestruturação da PETROMOC e sobre a operacionalização da CNELEC;
- O processo de validação da candidatura de Moçambique à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE);
- A migração do sistema analógico para o digital;
- A cerimónia de inauguração do Estádio Nacional de Zimpeto;
- A realização em 2012, em Moçambique, da 22.<sup>a</sup> Reunião do Conselho de Ministros do Grupo de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais (ESSAMLG).

Maputo, 19 de Abril de 2011



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development  
and Cooperation SDC

Minister of Foreign Affairs of Denmark  
Embassy in Dili, Lisbon



ROYAL NORWEGIAN EMBASSY



Ficha Técnica | Director: Marcelo Mosse | Director de Pesquisa: Adriano Nuvunga | Editor: Milton Machel | Montagem: Nelton Gemo | Edição: CIP - Centro de Integridade Pública | Endereço: Rua Frente de Libertação de Moçambique (ex-Pereira do Lago), 354 r/c, Tel.: (+258) 21 492 335, Fax: (+258) 21 492 340 | Caixa Postal: 3266 | Cel: (+258) 82 301 6391 | Maputo - Moçambique | e-mail: cip@cip.org.mz | website: www.cip.org.mz | Facebook: <http://www.facebook.com/Centro-de-Integridade-Publica-CIP/> | Twitter: <http://www.twitter.com/CIPMoz> | Registo n.º 020/GABINFO-DEC/2007